

Observatório da Justiça arrasa investigação criminal

Conceição Gomes. Investigadora afirma que andam diferentes polícias a fazer a mesma coisa. E que o sistema não trata todos por igual

LICÍNIO LIMA

A investigação criminal, em Portugal, faz-se sem uma visão estratégica, o acesso à justiça tornou-se demasiado caro e o sistema trata os cidadãos de forma desigual.

A crítica arrasadora parte de quem conhece bem o panorama judiciário português. Conceição Gomes é a directora executiva do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ) e tem coordenado diversos projectos de investigação a nível internacional no âmbito da sociologia jurídica e da administração da justiça.

Numa longa entrevista ao Boletim da Ordem dos Advogados (BOA), a investigadora aponta quais são os verdadeiros “câncros” da justiça, destacando, desde logo, a investigação criminal: “É preciso ultrapassar a forma como funcionam polícias e Ministério Público. Falta claramente visão estratégica na área da investigação criminal. A Lei da Investigação Criminal anda há anos para a frente e para trás e continuamos com as polícias a investigar a mesma coisa.”

“Há que saber o que investigar e como fazê-lo. Se não, temos o que na gíria se chama a investigação por arrastão – vão a um sítio, levam tudo, levam todos os computadores, e estamos anos à espera, com atrasos logo na fase de in-

quérito, com todas as consequências que isso tem”, adverte Conceição Gomes.

Mas, o preço da justiça é também um problema, alerta a directora do OPJ. “As custas são caras, mas a questão não está só na lei das custas judiciais. Há grupos de cidadãos que deixaram de ter acesso ao apoio judiciário, embora não usufruam de rendimentos que possam ser considerados elevados.”

Para a directora do OPJ, “o sistema judicial não trata da mesma forma todos os cidadãos”. “Quem tem capacidades económicas tem grandes possibilidades de ser mais bem tratado do ponto de vista do acesso à justiça.” E alerta que “hoje ir ao tribunal é economicamente mais difícil. Isso é um aspecto que num quadro de crise económica tende a agravar-se”.

Quanto às reformas do sistema, é peremptória: “Não temos tido escassez de reformas. Temos tido é escassez de reformas com efeitos práticos que transformem o panorama da justiça.”

O que faz falta, diz a investigadora, é uma agenda estratégica. E quem faz as leis tem de conhecer quem trabalha todos os dias no sistema. “Tem de haver uma interacção forte entre quem legisla e quem executa para que as reformas possam ter efeito.” Para Conceição Gomes é preciso saber-se onde se quer estar daqui a 10 anos.



Falta visão estratégica para investigação, diz Conceição Gomes

ESTUDOS

Sistema judiciário sob constante análise

► O Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJ) está sediado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde funciona desde 1996. Desde 2000 que a direcção executiva está a cargo de Conceição Gomes, com Boaventura Sousa Santos na coordenação científica. A entidade tem desenvolvido vários trabalhos de análise do sistema judiciário, destacando-se,

entre os mais recentes um estudo sobre o tráfico de mulheres, outro sobre o mapa judiciário e, com mais impacto, a monitorização da reforma dos códigos penal e processual penal. Este último foi fundamental para que a reforma de 2007 fosse alterada na presente legislatura. Embora dependente financeiramente do Ministério da Justiça, Conceição Gomes garante que nunca nenhum trabalho foi condicionado pelo Governo.